

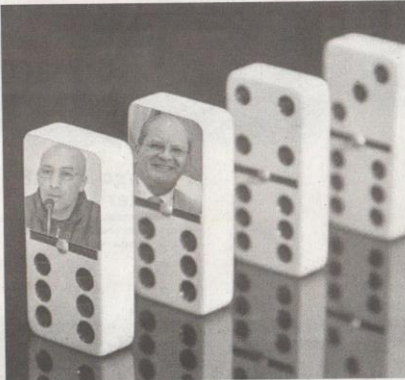


CENÁRIO POLÍTICO

Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br
(51) 981695392

Efeito dominó

Desde que assumiu, o vereador Talis Ferreira (PR) tem adotado uma postura de apoio ao governo do prefeito Luiz Américo Aldana. Diariamente, nas redes sociais, ele posta fotos e textos apontando obras e melhorias que a Administração Municipal, em tese, realiza a seu pedido. A ponto de seus colegas, que não têm a mesma atenção, demonstrarem claramente seu ressentimento. Óbvio que há exageros e que em algumas dessas ações ele apenas aparece na hora da foto, assumindo a paternidade de melhorias que não têm o seu DNA político. O fato é que esta relação o transformou num dos principais aliados do Executivo e, como tal, um obstáculo àqueles que desejam o Impeachment do prefeito. Talis virou uma pedra no sapato e, por isso, muitos querem removê-lo para dar novos passos.



Consultas - Nesta quarta, foi protocolado na Câmara um requerimento assinado pelos dirigentes de quatro partidos políticos. Eles pedem a cassação do mandato de Talis por quebra do decoro parlamentar. Entendem que ele cometeu o crime de tráfico de influências ao prometer a moradores do interior o agendamento de médicos na Secretaria da Saúde. A oferta foi feita na rede social WhatsApp, num grupo chamado "Associação da Vendinha". No texto, o vereador diz que fará a marcação e que o paciente precisará vir para a cidade somente no dia da consulta.

Sem furo - O vereador Talis ainda não se pronunciou oficialmente sobre o assunto, mas imagina-se que sua assessoria seja a responsável pela marcação dos atendimentos. Já o secretário da Saúde, Luiz Carlos Azeredo, garantiu que, ainda que possa haver a intermediação de algum gabinete, isso não significa que as filas são "furdas". Em tese, qualquer cidadão pode ligar para a "Assistência" pedindo ficha para algum amigo ou familiar se informar o nome do paciente.

Vantagens - Para os autores do requerimento, não há dúvidas de que há uma troca de favores entre o governo e seu aliado na Câmara, com a percepção de vantagens indevidas, o que seria incompatível com o decoro parlamentar. Por outro lado, ao providenciar o agendamento, o vereador estaria cometendo clientelismo político, tendo em vista que a prática resultaria em votos nas próximas eleições.

Provas - O processo de cassação de um vereador é semelhante ao do Impeachment do prefeito. Talis terá a oportunidade de se defender e só perderá o mandato caso dois terços dos colegas, no caso, sete, votarem a favor. Ao longo do processo, algumas coisas terão de ficar provadas:
1 - Que o vereador cumpriu a promessa e realmente agendou consultas médicas para pessoas do interior;
2 - Que, neste processo, houve fraude, como filas furadas;
3 - Que o vereador obteve alguma vantagem em cima desta prática.

Penalidades - Se, ao longo do processo, ficar comprovada a prática do tráfico de influências, obviamente que deve haver algum tipo de punição. Porém, antes do julgamento, TODOS os vereadores, por compromisso ético, deverão fazer uma análise dos seus próprios comportamentos. Será que nenhum outro conseguiu alguma vantagem para os seus eleitores, não apenas na área da Saúde, mas também em outros setores do governo?

Ganhos - O lado bom desse movimento é que, aos poucos, o eleitor começa a entender que a função do vereador não é intermediar favores. Todos eles, quando conseguem a realização de um serviço ou obra que legalmente não está ao seu alcance e que compete ao Executivo, buscam e obtêm - algum tipo de ganho político.

Organizado - O fato de haver cinco partidos identificados no requerimento deixa claro que se trata de uma ação organizada. E dois deles, o PTB e o PSDB, são as legendas dos autores do pedido de Impeachment do prefeito. Impossível não associar uma coisa com a outra.

Autoria - O documento entregue na Câmara tem as assinaturas dos dirigentes do PTB, Nelson Timm; Dário Colling, do PTB; Nelson Timm; Dário Colling, do PMDB; Eliane da Rosa, do PSDB; e Júlio César de Medeiros, do PP. No papel, também está o nome de Paulo Roberto Schneider, do PDT, mas não consta a sua assinatura.

Garantia - De fato, como se diz na gíria, parece que o vereador Talis Ferreira deixou "na reta". Contudo, é difícil acreditar que em outras circunstâncias o assunto teria a mesma repercussão. Para aprovar a cassação do prefeito, são necessários sete dos dez votos da Câmara. Com Talis fora do jogo, assume um suplente do PDT, o que seria a garantia de apoio suficiente para o despejo.

Provas - No domínio do poder, Talis é só uma peça que, se derrubada, deve causar a queda de outra, que é o prefeito. Nas redes sociais, o vereador já anunciou que vai precisar do apoio dos seus eleitores e que talvez tenha chegado a hora de "medir os facões".

Ex-aliados - Na curta gestão Paulo Azeredo, Talis foi um de seus principais "soldados". Quis o destino que agora, na condição de suplente do PDT, o ex-prefeito seja um dos beneficiários da eventual cassação do antigo aliado. São as voltas da Política.

Rapidinhas

* Embora suplente, Márcio Müller (SD) quis participar do sorteio para a formação da comissão do Impeachment do prefeito Aldana. O tempo opera milagres. Em 2015, quando presidia o Legislativo, ele vetou o nome de Ataúlfo Escher, então suplente do PMDB, no sorteio que definiu os algozes de Paulo Azeredo.

* O projeto de lei requeitado, que obriga os bancos a manterem serviços de segurança junto aos caixas eletrônicos, em tempo integral, traria enormes benefícios aos correntistas. Pena que, já na primeira tentativa feita por Márcio Müller, na legislatura anterior, a matéria foi considerada inconstitucional. Acontecerá de novo.

* A compra de medicamentos no valor de R\$ 304 mil pela Secretaria da Saúde é um alento àqueles que não conseguem seus remédios pelo SUS. Mais uma vez, a Prefeitura faz o papel do Estado e da União.

* Pode-se não gostar do secretário da Saúde, Luiz Carlos Azeredo, por vários motivos, mas uma coisa não há como negar: poucos são tão dedicados a função pública que exercem quanto ele.

* Leitor Eduardo Coutinho comenta a proposta do vereador Felipe Kinn da Silva (PMDB), de fechamento da beira do Rio, aos finais de semana, para os carros. "Maravilha. Para onde vão os idiotas com seus carros de som a partir de agora?", questiona.

* O som das sirenes cortando o silêncio do Centro, logo cedo nesta quarta, durante a Operação Estação Cultura, fez com que muita gente se perguntasse se o alvo era, novamente, a Prefeitura. Desta vez, eram traficantes que atuam no bairro Ferroviário.

Defesa em análise

Epicentro dos grandes terremotos da política local, a Câmara de Vereadores está às voltas, também, com a defesa prévia do prefeito Aldana no processo de cassação. O documento, de 20 páginas, foi entregue pelo advogado Vanir de Mattos na segunda-feira. O principal argumento é o de que o Legislativo não é o fórum adequado ao julgamento do prefeito, pois as acusações não constituiriam delito a ser punido com a perda do mandato. Vanir argumenta que é a Justiça, encerradas todas as possibilidades de defesa, que deve se pronunciar a respeito.

Pontas soltas - A fé no argumento é tão forte que a defesa deixou pontas soltas ao responder às acusações contidas no requerimento, assinado pelo ex-vereador Renato Kranz e pela advogada Eliane da Rosa.

1 - No que diz respeito à licitação do transporte escolar, não há qualquer explicação quanto ao suposto direcionamento da concorrência.
2 - Sobre as obras de asfaltamento na Germano Henke, faltam justificativas sobre a falta de previsão do serviço no PPA (Plano Plurianual) e na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Decisão política - Tecnicamente, a argumentação sobre a Câmara não poder julgar o prefeito até pode estar correta, mas, na prática, pouco significa. Paulo Azeredo também não havia sido condenado pela Justiça por irregularidades na construção da ciclovia da Capitão Cruz e, mesmo assim, foi cassado. O julgamento no Legislativo é POLÍTICO.

Parecer - O próximo passo será dado pelo vereador Cristiano Braatz (PMDB). Até a próxima terça-feira, ela apresenta relatório decidindo pelo prosseguimento do processo ou pelo arquivamento. Se optar pela segunda alternativa, a decisão caberá ao plenário.